

PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL EM BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Islânia Fernandes Araújo¹
Gabriela Pereira Souza²
Solonildo Almeida da Silva³
Sandro César Silveira Juca⁴

RESUMO

A inclusão e a acessibilidade informacional são pilares essenciais para a democratização do conhecimento e a garantia do direito à educação. Este estudo, inserido na área de Educação Profissional e Tecnológica, investiga como promover a inclusão e a acessibilidade informacional no espaço da biblioteca de um Instituto Federal (IF). A pesquisa parte do pressuposto de que as bibliotecas universitárias devem ser espaços acolhedores, oferecendo materiais e recursos acessíveis, e estar alinhadas às diretrizes mais recentes, como o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) e as WCAG. O referencial teórico é fundamentado em autores nacionais como Romeu Kazumi Sassaki (2009) e Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), que discutem a necessidade de transformar o ambiente educacional. Internacionalmente, a pesquisa se baseia no trabalho de David H. Rose e Anne Meyer (2002) sobre o Desenho Universal para a aprendizagem (DUA), que visa à criação de ambientes flexíveis para todos os alunos, e nos princípios da IDEA (Inclusão Digital para Educação Acessível). A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e exploratória, com um estudo de caso. A coleta de dados será realizada por meio de análise documental das políticas de acessibilidade do IF, avaliação da infraestrutura física e tecnológica da biblioteca, e entrevistas semiestruturadas com a comunidade acadêmica. A expectativa é que os resultados identifiquem os desafios na implementação de políticas de acessibilidade eficazes. A partir dessa análise, será proposto um plano de ação detalhado com recomendações práticas para aprimorar a acessibilidade informacional na biblioteca, contribuindo para o debate sobre educação inclusiva e tecnológica e fortalecendo o papel da biblioteca como um espaço verdadeiramente equitativo para todos.

Palavras-chave: Inclusão, Acessibilidade Informacional, Biblioteca, Instituto Federal, Educação Profissional e Tecnológica.

¹ Mestranda do Curso de Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, islania@ifce.edu.br.

² Doutoranda em Ensino pelo RENOEN pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, profgaby@hotmail.com.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará, solonildo@ifce.edu.br.

⁴ Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará, sandrojuca@ifce.edu.br.



INTRODUÇÃO

A inclusão e a acessibilidade informacional no contexto contemporâneo configura-se como pilares fundamentais para a efetivação do direito à educação e para a consolidação de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa. Com a diversidade dos sujeitos e o avanço acelerado das tecnologias da informação e comunicação, garantir o acesso equitativo ao conhecimento representa não apenas um desafio institucional, mas um compromisso ético, social e legal das instituições educacionais. Nesse cenário, as bibliotecas assumem papel estratégico como espaços de mediação do saber, apoio pedagógico e promoção do acesso à informação. Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), cuja missão institucional é promover a formação humana integral por meio da educação profissional e tecnológica, as bibliotecas ampliam sua relevância ao se configurarem como ambientes de aprendizagem, inclusão e cidadania informacional.

Mais do que simples locais de guarda e organização de acervos, esses espaços devem alinhar-se às práticas inclusivas e às normativas de acessibilidade, assegurando condições equitativas de uso para toda a comunidade acadêmica. O desafio, porém, consiste em transformar as bibliotecas em ambientes efetivamente acessíveis, tanto no âmbito físico quanto no digital, de modo que pessoas com deficiência e demais grupos em situação de vulnerabilidade possam usufruir plenamente de seus recursos, serviços e oportunidades de aprendizagem.

No contexto brasileiro, marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI (Lei nº 13.146/2015), o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) e as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo da Web (WCAG) reforçam a obrigatoriedade da adoção de parâmetros de acessibilidade universal nas instituições públicas. Autores como Sassaki (2009) e Mantoan (2015) destacam que a inclusão requer a transformação dos ambientes educacionais, superando barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais. Conforme Mantoan afirma, “a inclusão escolar demanda uma escola que se reconstrua continuamente, que reveja seus objetivos, currículos e modos de ensinar” (Mantoan, 2015, p. 27). Assim, a transformação do ambiente educativo é também uma transformação ética e política, que desafia as concepções tradicionais de normalidade e desempenho por anos difundida na educação.



No âmbito internacional, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), proposto por Rose e Meyer (2002), e os princípios da Inclusão Digital para Educação Acessível (IDEA) ampliam essa compreensão, ao defenderem a criação de ambientes flexíveis e adaptáveis às múltiplas formas de aprendizagem. Assim, refletir sobre como as bibliotecas dos Institutos Federais podem adequar-se a essas diretrizes é essencial para promover a democratização da informação e consolidar seu papel como espaços de acolhimento, equidade e inclusão.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão: como promover a inclusão e a acessibilidade informacional em bibliotecas de Institutos Federais? Para tanto, tem como objetivo geral analisar práticas e condições de acessibilidade na biblioteca de um Instituto Federal, propondo um plano de ação que contribua para a melhoria desse espaço. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) identificar diretrizes e políticas institucionais voltadas à acessibilidade; (ii) avaliar a infraestrutura física e tecnológica da biblioteca; (iii) compreender as percepções da comunidade acadêmica acerca da inclusão e acessibilidade; e (iv) propor recomendações práticas para aprimorar a acessibilidade informacional no contexto estudado.

O estudo de Sousa et al. (2025) identificou que o IFCE se destaca nacionalmente sendo o segundo em número de matrículas ativas atrás apenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), tornando-se referência para a Rede Federal, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha 2022 (ano base 2021). O enfoque do estudo apontou que a atuação de 33 bibliotecas nesse contexto de público diversificado (docentes e discentes dos cursos ofertados no Instituto, servidores e comunidade externa) implica pensar a inclusão inserida no processo de planejamento utilizando-se um diagnóstico organizacional dessas unidades informacionais para qualificar ações de intervenção quanto à acessibilidade.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, por compreender que a investigação sobre inclusão e acessibilidade informacional exige uma análise aprofundada das percepções, práticas e condições existentes no contexto estudado. A pesquisa qualitativa possibilita captar a complexidade do fenômeno, permitindo interpretar significados e compreender os desafios e as potencialidades.



A estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso, centrado na Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Fortaleza. A relevância desta biblioteca no atendimento à comunidade acadêmica e a diversidade de cursos ofertados pelo campus a tornam um ambiente representativo para a análise das práticas de acessibilidade informacional na Educação Profissional e Tecnológica.

Para coleta de dados, foram empregadas as seguintes técnicas:

Uma análise Documental que tem como premissa seguir os princípios da análise temática (Braun; Clarke, 2006), um método flexível e robusto para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro de um conjunto de dados.

Um estudo de Caso com a Comunidade Acadêmica: Realizado por meio de formulário online (questionário survey), buscando obter maior precisão dos dados em estudo. Conforme Arpad A. G. Neto (2002), a pesquisa do tipo survey é uma ferramenta metodológica valiosa para a produção de conhecimento acadêmico, pois permite a coleta de dados diretamente de uma amostra de indivíduos para descrever atitudes, opiniões e comportamentos de uma população mais ampla em um determinado momento.

Uma avaliação da infraestrutura física e tecnológica: Realizada por meio de observação sistemática do espaço físico e dos recursos tecnológicos disponíveis na biblioteca, a fim de identificar barreiras arquitetônicas, comunicacionais e digitais, bem como as potencialidades já existentes.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). Segundo Laurence Bardin, a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que busca, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Os dados coletados foram organizados e categorizados em eixos temáticos, permitindo uma análise sistemática das políticas institucionais, da infraestrutura e das percepções da comunidade acadêmica. A triangulação das fontes conferiu maior robustez e confiabilidade aos resultados, possibilitando a identificação dos desafios e das oportunidades para o fortalecimento da acessibilidade informacional na biblioteca.

REFERENCIAL TEÓRICO



A inclusão educacional constitui-se como um processo dinâmico que busca garantir a participação de todos os sujeitos, respeitando suas diferenças e necessidades específicas. Romeu Sassaki, estudioso da área de inclusão social, aborda a acessibilidade da seguinte forma:

[...] a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência. (Sassaki, 2009, p. 2)

Neste sentido o autor relata a existência de seis dimensões que seguem: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) define acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações de uso público ou privado de uso coletivo [...] por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (Brasil, 2015, p.2)

Dessa forma, entendemos que a inclusão deve ser compreendida como um movimento de transformação social, que visa à construção de uma sociedade para todos, na qual as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais sejam eliminadas.

Assim, a acessibilidade emerge como elemento central, pois possibilita que os indivíduos, independentemente de suas condições, tenham acesso igualitário aos bens culturais, sociais e educacionais.

Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das principais referências brasileiras em educação inclusiva, define inclusão como um processo que reconhece e valoriza a diversidade humana, assegurando que todas as pessoas tenham acesso e participação



plena na vida escolar e social, independentemente de suas diferenças físicas, intelectuais, culturais, sociais ou de qualquer outra natureza.

A autora destaca que a inclusão escolar exige uma mudança estrutural e paradigmática na educação, implicando a revisão de práticas pedagógicas, currículos e ambientes de aprendizagem. Nesta perspectiva, “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos que é estruturado em função dessas necessidades”. (Mantoan, 2003, p.24).

Para a autora, não basta apenas integrar os sujeitos em espaços comuns; é preciso repensar a própria lógica de funcionamento da instituição educacional, garantindo que todos tenham condições de aprender e se desenvolver plenamente.

Neste sentido, a acessibilidade informacional deve ser entendida como parte indissociável da inclusão, uma vez que sem acesso ao conhecimento não é possível assegurar a plena participação acadêmica.

Nesta perspectiva, a inclusão não é apenas integrar alunos com deficiência ao sistema regular de ensino, mas transformar a escola em sua organização, práticas pedagógicas e concepções para que todos possam aprender e conviver em igualdade de condições.

A inclusão representa uma mudança de paradigma, pois desloca o foco do aluno e suas limitações para o próprio sistema educacional, que deve se adaptar às necessidades de todos.

A discussão sobre acessibilidade informacional não se restringe ao cenário brasileiro, sendo amplamente abordada em âmbito internacional. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), proposto por Rose e Meyer (2002), representa um marco nesse campo ao defender a criação de ambientes de ensino e aprendizagem flexíveis, capazes de atender a diferentes estilos, ritmos e necessidades dos aprendizes. O DUA fundamenta-se na ideia de que os currículos e os espaços devem ser concebidos desde o início de forma inclusiva, e não adaptados posteriormente para grupos específicos.

Outro referencial importante é a Inclusão Digital para Educação Acessível (IDEA), que enfatiza o papel das tecnologias digitais na promoção da acessibilidade. Ao considerar recursos como softwares de leitura de tela, plataformas digitais acessíveis e materiais multimodais, a IDEA reforça que a inclusão informacional depende, em grande medida, da incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) em práticas pedagógicas e institucionais.



No Brasil, a acessibilidade está respaldada por importantes instrumentos legais e normativos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que instituições públicas e privadas devem assegurar condições de acessibilidade em todos os ambientes, incluindo os educacionais e informacionais.

No âmbito digital, o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) e as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) constituem referenciais fundamentais para a construção de interfaces digitais acessíveis, favorecendo a navegação de pessoas com deficiência em ambientes virtuais. O e-MAG é um documento que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de conteúdos web com foco na acessibilidade informacional, o governo brasileiro criou o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) oficialmente reconhecido como modelo brasileiro de acessibilidade de sites pela portaria nº 03/2007. (Silva, 2020, p.102). Esses documentos indicam recomendações técnicas que podem ser aplicadas na organização de catálogos online, repositórios digitais e serviços virtuais oferecidos pelas bibliotecas.

Aliados a essas diretrizes, documentos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil com equivalência constitucional, reforçam o direito ao acesso à informação e ao conhecimento como condição essencial para a plena participação social e acadêmica.

Assim, o conjunto de referenciais teóricos e normativos evidencia que a promoção da acessibilidade informacional em bibliotecas exige não apenas adaptações técnicas, mas também um compromisso institucional e pedagógico com a inclusão, de modo a consolidar a biblioteca como espaço equitativo e transformador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se a sistematização dos achados empíricos obtidos por meio do questionário survey aplicado à comunidade acadêmica, confrontando-os com o referencial teórico e os objetivos específicos do estudo. A análise dos dados foi categorizada em eixos temáticos, conforme a estrutura do instrumento de coleta, permitindo uma visão abrangente sobre a percepção da comunidade acerca da acessibilidade informacional na biblioteca.

A percepção geral de acessibilidade foi medida em uma escala de 0 a 10. Os resultados demonstram que a biblioteca é percebida em um nível intermediário de acessibilidade, com uma concentração de respostas nas faixas médias e baixas.



Observa-se a tabela abaixo quanto ao nível de acessibilidade percebida pelos usuários, sendo a nota dada de 0 a 10:

Tabela 01: Percepção de acessibilidade

Opção de Resposta	Percentual (%)
0	0.0
1	2.5
2	12.5
3	10.0
4	20.0
5	17.5
6	27.5
7	5.0
8	0.0
9	0.0
10	0.0

Fonte: os autores (2025)

A maior concentração de respostas em 6 (27,5%) e 4 (20,0%), e a ausência de avaliações nas notas mais altas (8, 9 e 10), indicam que a biblioteca possui elementos de acessibilidade, mas ainda está distante do ideal de acessibilidade plena definido pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e pelo conceito de Desenho Universal (Rose; MEYER, 2002). A percepção de que a acessibilidade é mediana sugere que as barreiras ainda são significativas, conforme as dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009).

No que tange à acessibilidade física, a avaliação do mobiliário e da sinalização revelou pontos contrastantes, observa-se:

Tabela 02: Tipo de acessibilidade no laboratório IFCE



Pergunta	Opção de Resposta	Percentual (%)
O mobiliário (mesas, cadeira) atende às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida?	sim	70.0
	não	30.0
A sinalização da biblioteca (placas, direções) é clara, visível e em Braille?	sim	10.0
	não	42.5
	não observei	47.5

Fonte: os autores (2025)

O resultado positivo para o mobiliário (70% sim) sugere que a dimensão arquitetônica de Sasaki (2009) está parcialmente atendida, indicando a existência de mesas e cadeiras adaptadas. Contudo, a sinalização é um ponto crítico. Apenas 10% dos respondentes confirmaram a existência de sinalização clara, visível e em Braille, enquanto 42,5% negaram e 47,5% não observaram. A falta de sinalização adequada e em formatos acessíveis (tátil/Braille) configura uma barreira comunicacional e informacional severa, dificultando a autonomia e a orientação espacial, o que é fundamental para a inclusão.

A disponibilidade de recursos informacionais e tecnológicos acessíveis é um indicador central da acessibilidade informacional, como mostra a tabela abaixo:



Tabela 03: Recursos informacionais

Pergunta	Opção de Resposta	Percentual (%)
A biblioteca oferece materiais em formatos acessíveis, como audiolivros, livros em Braille ou letras ampliadas?	sim	52.5
	não	47.5
Há computadores ou equipamentos com tecnologias assistivas, como leitores de tela ou softwares de acessibilidade?	sim	27.5
	não	25.0
	não sei	47.5
O site e o catálogo online da biblioteca são acessíveis?	sim, consigo navegar sem problemas.	77.5
	não, encontrei dificuldades	22.5
A biblioteca oferece suporte para que usuários com deficiência acessem os bancos de dados online?	sim	20.0
	não	2.5
	não sei	70.0

Fonte: os autores (2025)

A oferta de materiais acessíveis está dividida (52,5% sim), indicando um esforço inicial, mas ainda insuficiente para garantir a plena acessibilidade do acervo. A situação é mais crítica em relação às tecnologias assistivas: apenas 27,5% confirmam sua existência, e quase metade (47,5%) não sabe. Isso aponta para uma falha na dimensão instrumental de Sassaki (2009) e contraria os princípios da IDEA (Inclusão Digital para Educação Acessível), que preconizam a incorporação de TICs para a acessibilidade.

Um ponto positivo é a acessibilidade do site/catálogo online (77,5% sim), o que está em consonância com as diretrizes do eMAG e WCAG. No entanto, o desconhecimento massivo (70% não sei) sobre o suporte especializado para acesso a bancos de dados online sugere que este serviço, se existente, é ineficaz em sua



divulgação ou está restrito a um público muito pequeno, configurando uma barreira programática/comunicacional.

Abaixo serão apresentados na tabela 04 a dimensão atitudinal e a comunicação dos serviços são cruciais para a inclusão.

Tabela 04: Dimensão atitudinal e Comunicação dos serviços

Pergunta	Opção de Resposta	Percentual (%)
Você se sentiu acolhido(a) e bem atendido(a) pela equipe da biblioteca?	sim, totalmente.	77.5
	em parte.	20.0
	não.	2.5
A equipe da biblioteca parece ter treinamento adequado para atender pessoas com deficiência?	sim	27.5
	não	17.5
	não sei	5.5
A biblioteca oferece serviços de apoio individualizado para auxiliar na busca por materiais?	sim	52.5
	não	10.0
	não sei	37.5
Como você avalia a divulgação das opções de acessibilidade da biblioteca?	excelente	0.0
	boa	27.5
	precisa melhorar	47.5
	não vi nenhuma informação	17.5

Fonte: os autores (2025)

O acolhimento é majoritariamente positivo (77,5% totalmente sim), indicando que a dimensão atitudinal da equipe é um ponto forte. No entanto, essa atitude positiva não está respaldada por uma percepção de capacitação formal, já que apenas 27,5%



acreditam que a equipe tem treinamento adequado. Isso reforça a necessidade de investimento em formação continuada, conforme a perspectiva de Mantoan (2003) sobre a transformação do sistema educacional.

O ponto mais fraco identificado é a divulgação das opções de acessibilidade. A maioria (47,5% precisa melhorar e 17,5% não viu nenhuma informação) indica que os esforços de acessibilidade não estão sendo comunicados de forma eficaz à comunidade. Uma divulgação falha anula a efetividade de qualquer recurso ou serviço acessível, transformando a falta de informação em uma barreira de acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as práticas e condições de acessibilidade informacional na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Fortaleza, a fim de propor um plano de ação para o aprimoramento. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, utilizou como base o referencial teórico da inclusão e acessibilidade (Sasaki, 2009; Mantoan, 2015; Brasil, 2015) e os resultados de um survey de percepção aplicado à comunidade acadêmica. Os resultados demonstram que, embora a biblioteca possua um potencial inclusivo, evidenciado pela atitude acolhedora da equipe e pela acessibilidade do catálogo online, o nível de acessibilidade percebido pela comunidade é mediano (concentração de notas 4 a 6).

As principais lacunas identificadas, que configuram barreiras de acesso, concentram-se em três eixos: Acessibilidade Física e Comunicacional:

A sinalização em Braille e em formatos claros é o ponto mais crítico, com apenas 10% de aprovação, dificultando a autonomia e a orientação espacial.

Tecnologia e Acervo: Há um desconhecimento generalizado sobre a existência de tecnologias assistivas e suporte especializado para bases de dados (70% não sabem), indicando falhas na infraestrutura e/ou na comunicação desses recursos.

Gestão e Divulgação: A falta de treinamento percebida pela equipe (apenas 27,5% consideram adequado) e a baixíssima avaliação da divulgação das opções de acessibilidade (47,5% afirmam que precisa melhorar) são fatores que comprometem a efetividade das políticas de inclusão.

Este estudo contribui para o debate sobre a educação inclusiva e tecnológica no contexto dos Institutos Federais, reforçando o papel da biblioteca como um espaço



crucial para a democratização do conhecimento. Sugere-se que futuras pesquisas explorem a efetividade da implementação do plano de ação proposto e investiguem as percepções de usuários com deficiência, de forma a aprofundar a compreensão das barreiras específicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 7 out. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 9 out. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2015.

NETO, Arpad A. G. Survey: uma ferramenta para a produção de conhecimento acadêmico. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-13, abr./jun. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpa/article/view/44628>. Acesso em: 02 out. 2025.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. **Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning**. Alexandria, VA: ASCD, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 9. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

SOUSA, Rosana de Vasconcelos; SILVA, Elieny do Nascimento; BARRETO, Maria Raidalva Nery; OLIVEIRA, Josenildes Santos de; ALMEIDA, Richardson Silveira. Instrumento de diagnóstico organizacional de acessibilidade para as bibliotecas do IFCE. In: SOUSA, Rosana de Vasconcelos; SOUSA, Carlos Henrique da Silva; MORAIS, Sara Maria Peres de; SILVA, Carlos Robson Souza da (Org.). **Múltiplos cenários da Biblioteconomia: reflexões teóricas e experiências práticas no âmbito das bibliotecas do IFCE**. Fortaleza: EDIFCE, 2025. p. 10–24.

SILVA, A. C. Acessibilidade informacional em bibliotecas universitárias: um estudo de caso. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 44, n. 3, p. 98-115, 2020.

